XP INFRA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA

(CNPJ: 30.317.464/0001-97)
Administrado pelo Banco Genial S.A.
(CNPJ: 45.246.410/0001-55)

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Relatório dos Auditores Independentes

KPDS 1467551

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Demonstrações das posições financeiras **7**

Demonstrações dos resultados dos exercícios **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora do

XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo"), administrado pelo Banco Genial S.A. ("Administrador"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimentos em participações regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras ". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 1º de julho de 2024 sem modificação de opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor justo dos investimentos em ações de companhias de capital fechado (Nota Explicativa nº 4)

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo possuía investimentos em ações de companhias de capital fechado, no montante de R$881.357, que representa 74,25% do seu patrimônio líquido naquela data, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, mensurados pelo seu valor justo, determinado com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por avaliador externo, com base no método de fluxo de caixa descontado que utiliza, dentre outros, premissas que incluem expectativas de projeções de resultados futuros das companhias investidas, como taxas de crescimento e taxas de desconto. Esses investimentos possuem risco de distorção relevante, em função da determinação do seu valor justo envolver premissas, dados e uso significativo de julgamentos, bem como incertezas em relação à sua realização. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dessas ações e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e nos dados do laudo de avaliação econômico-financeira, bem como as incertezas em relação à sua realização teriam sobre as demonstrações financeiras em conjunto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: • Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e da consistência dos dados e premissas utilizados na preparação dos laudos de avaliação; • Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação dos cálculos matemáticos incluídos nos laudos de avaliação; e • Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados na avaliação a valor justo do investimento em ações em companhias de capital fechado, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Existência e valorização de ativos financeiros	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo possuía investimentos em debêntures no montante de R$232.552, que representava 19,59% de seu patrimônio líquido, mesuradas ao valor justo e para os quais há preços cotados ou indexadores/parâmetros observáveis no mercado. Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o patrimônio líquido do Fundo, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: • Testar a existência por meio de conciliação das posições mantidas pelo Fundo com as informações fornecidas pelas companhias emissoras das debêntures; • Com auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, recalcular a valorização dos ativos financeiros com base em preços disponíveis obtidos junto a fontes de mercado independentes ou informações observáveis no mercado; e • Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos desses ativos financeiros, no tocante à existência, valorização, assim como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável, pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos José Aragão Lopes
Contador CRC RJ-109341/O-5

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura
CNPJ: 30.317.464/0001-97
(Administrado pelo Banco Genial S.A)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	% PL	2023	% PL
ATIVO CIRCULANTE					
Disponibilidades		**-**	**-**	**68.063**	**10,29**
Bancos		-	-	3	-
Operações compromissadas - Letras Financeiras do Tesouro	**4.1**	-	-	68.060	10,29
Cotas de fundos de investimento de renda fixa		**88.084**	**7,42**	**-**	**-**
Itau Soberano Rf Simples Lp Fic Fi	**4.1**	88.084	7,42	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		**1.113.909**	**93,84**	**904.738**	**136,76**
Debêntures	**4.2**	232.552	19,59	406.308	61,42
Participações em companhia fechada	**4.3**	881.357	74,25	498.430	75,34
TOTAL DO ATIVO		**1.201.993**	**101,26**	**972.801**	**147,05**
PASSIVO					
Valores a pagar		**14.988**	**1,27**	**311.224**	**47,05**
Taxa de administração	**12**	1.233	0,10	651	0,10
Distribuição de rendimentos a pagar	**9**	13.755	1,17	18.573	2,81
Ações a integralizar	**4.2 (e) e (f)**	-	-	292.000	44,14
TOTAL DO PASSIVO		**14.988**	**1,27**	**311.224**	**47,05**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.187.005**	**100,00**	**661.577**	**100,00**
Cotas integralizadas		1.197.968	100,92	639.336	96,64
Distribuição de rendimentos		(322.052)	(27,13)	(177.074)	(26,77)
Lucros acumulados		311.089	26,21	199.315	30,13
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.201.993**	**101,27**	**972.801**	**147,05**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura
CNPJ: 30.317.464/0001-97
(Administrado pelo Banco Genial S.A)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto resultado líquido por cota)

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	Nota	2024	2023
Ativos financeiros		**35.321**	**67.593**
Resultado com debêntures	**4.2**	24.833	61.537
Resultado com operações compromissadas		1.995	6.056
Resultado com aplicações em cotas de fundos		8.493	-
Participações em companhias fechadas		**109.876**	**11.364**
Ajuste a valor justo	**4.2**	70.874	11.364
Dividendos		39.002	-
Despesas administrativas	**13**	**(15.670)**	**(7.950)**
Taxa de administração	**12**	(372)	(211)
Taxa de gestão	**12**	(13.120)	(6.321)
Taxa de fiscalização		(51)	(55)
Taxas CETIP e SELIC		(149)	(58)
Consultoria jurídica		(1.227)	(1.146)
Auditoria		(68)	(49)
Outras receitas/despesas		(683)	(110)
RESULTADO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS		**129.527**	**71.007**
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		**129.527**	**71.007**
QUANTIDADE DE COTAS		13.754.646	7.062.040
RESULTADO LÍQUIDO POR COTA – R$		9,42	10,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura
CNPJ: 30.317.464/0001-97
(Administrado pelo Banco Genial S.A)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto valor unitário da cota)

	Nota	Cotas integralizadas	Distribuição de rendimentos	Lucro/ (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022					
4.502.204 cotas a R$ 100,690895 cada		**439.336**	**(120.822)**	**134.817**	**453.331**
Emissão de cotas **2.559.836 cotas**		200.000	-	-	200.000
Custo relacionado à emissão de cotas				(6.509)	(6.509)
Distribuição de rendimentos	**9**	-	(56.252)	-	(56.252)
Resultado líquido		-	-	71.007	71.007
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023					
7.062.040 cotas a R$ 93,680652 cada		**639.336**	**(177.074)**	**199.315**	**661.577**
Emissão de cotas **6.692.606 cotas**		558.632	-	-	558.632
Custo relacionado à emissão de cotas		-	-	(17.753)	(17.753)
Distribuição de rendimentos	**9**	-	(144.978)	-	(144.978)
Resultado líquido		-	-	129.527	129.527
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
13.754.646 cotas a R$ 88,142480 cada		**1.197.968**	**(322.052)**	**311.089**	**1.187.005**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura
CNPJ: 30.317.464/0001-97
(Administrado pelo Banco Genial S.A)
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto valor unitário da cota)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado líquido dos exercícios		129.527	71.007
Ajustes de receitas/(despesas) que não afetam o caixa			
Ajuste a valor justo de companhias de capital fechado		(70.874)	(11.364)
Variação de ativos e passivos			
Participações em companhia fechada	4.2	(312.053)	(269.367)
Debêntures	4.1.2	173.756	(180.667)
Outros valores a receber/pagar		-	14
Ações a integralizar		(292.000)	292.000
Aplicação em cotas de fundos de investimento		(88.084)	-
Taxa de administração		582	138
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		**(459.146)**	**(98.239)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
(+) Cotas emitidas	9	558.632	200.000
(-) Custo relacionado à emissão de cotas		(17.753)	(6.509)
(-) Distribuição de rendimentos	9	(149.796)	(49.385)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**391.083**	**144.106**
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**(68.063)**	**45.867**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		68.063	22.196
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		-	68.063

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

XP INFRA II FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA
CNPJ: 30.317.464/0001-97
Administrado pela Banco Genial S.A.
CNPJ: 45.246.410/0001-55

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O XP Infra II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo"), administrado pela Banco Genial S.A. ("Administrador"), foi constituído em 05 de abril de 2018 e iniciou suas atividades em 29 de março de 2019 sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração.

O Fundo destina-se a pessoas físicas, jurídicas e fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como investidores não residentes que invistam no Brasil segundo as normas aplicáveis, que (a) estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação em Cotas do Fundo e busquem retorno de rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a Política de Investimentos do Fundo; (b) estejam conscientes de que o investimento em Cotas do Fundo não é adequado aos investidores que necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de as negociações das Cotas no mercado secundário serem pequenas ou inexistentes; (c) sejam considerados investidores qualificados, nos termos do Artigo 12 da Resolução CVM 30/21.

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas no médio e longo prazo, preponderantemente mediante o recebimento de dividendos e rendimentos decorrentes dos investimentos pelo Fundo nos Valores Mobiliários, podendo o Fundo investir em Valores Mobiliários de Sociedades Alvos operacionais (*brownfield*) ou pré-operacionais (*greenfield*). O Fundo deverá investir preponderantemente em Valores Mobiliários de Sociedades Alvo e, de forma suplementar, em Ativos Financeiros.

A gestão da carteira do Fundo compete à XP Vista Asset Management Ltda. ("Gestora").

Em 29 de abril de 2021, o Fundo celebrou o "Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado" com o Banco Fator S.A. O objetivo da contratação é proporcionar maior liquidez à negociação das cotas no mercado secundário.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador ou por qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

A Administração, tomado por base os critérios definidos na Instrução CVM 579/16 e alterações posteriores, classificou o Fundo como "Entidade de Investimento", considerando que:

(i) O Fundo possui mais de um investimento e mais de um cotista, de forma direta ou indiretamente;

(ii) O Fundo possui cotistas que não influenciam ou não participam ativamente da administração diária das entidades investidas;

(iii) O Fundo obtém recursos de cotistas com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento;

(iv) O Gestor possui discricionariedade na representação e tomada de decisão junto às entidades investidas, conforme regulamento do Fundo, onde caberá ao Gestor realizar a gestão profissional dos ativos integrantes da carteira do Fundo;

(v) O Fundo assume o compromisso de investir os recursos com o propósito de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

(vi) O Fundo avalia seus investimentos a valor justo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações - FIP e demais orientações emanadas da Comissão de valores mobiliários - CVM, especialmente pela Resolução CVM 175/22 e pela Instrução CVM nº 579/16 e alterações posteriores.

Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo encontra-se em processo de adaptação aos novos requerimentos da Resolução CVM nº 175/22.

As estimativas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e no julgamento do Administrador para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, em conformidade com a prática contábil vigente. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Aprovação das demonstrações financeiras:

Em 30 de maio de 2025, as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Administrador do Fundo.

3. Descrição das práticas contábeis materiais

a. Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudanças de valor e limites e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago acrescido dos rendimentos auferidos ou pelo valor efetivamente recebido acrescido dos juros incorridos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado com operações compromissadas”.

d. Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento; A valorização e/ou a desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

e. Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

(i) *Data de reconhecimento*

Todos os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características, do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo.

Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(iii) *Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração*

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação; e

- Custo amortizado: ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja coletar os fluxos de caixa contratuais, e para os quais os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem, exclusivamente, a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

f. Títulos e valores mobiliários de renda fixa

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, ajustado diariamente ao valor justo. Os títulos e valores mobiliários privados — Debêntures — são ajustados ao valor de mercado com base na melhor estimativa do Administrador do valor esperado de realização.

Os rendimentos são reconhecidos no resultado na rubrica de “Resultado com debêntures”.

Os lucros e/ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável.

O valor de custo dos títulos e valores mobiliários de renda fixa integrantes da carteira do Fundo, apresentado na nota explicativa nº 4.2, representa o valor de aquisição, deduzido das amortizações e/ou dos juros recebidos, quando aplicável.

g. Investimentos - Participação em companhias investidas

As ações são avaliadas a valor justo, em conformidade com as normas contábeis que tratam de reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros e de mensuração do valor justo.

O valor justo das ações reflete as condições de mercado no momento de sua mensuração, entendido pelo Administrador como a data do reconhecimento inicial, de apresentação das demonstrações contábeis e ou aquela em que informações sobre o patrimônio líquido do Fundo são divulgadas ao mercado.

O Administrador avalia continuamente a existência de eventos ou alterações de condições que possam influenciar materialmente o valor justo das ações, em caso de nova mensuração do valor justo, os seus efeitos são reconhecidos contabilmente no período de ocorrência. A mensuração do valor justo das ações é estabelecida em bases consistentes e passiveis de verificação.

A valorização/desvalorização do valor justo dos investimentos é reconhecida no resultado do exercício em “Participações em companhias fechadas - ajuste a valor justo”.

h. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Para os fundos qualificados como entidade de investimento, as distribuições de lucro declaradas e provisionadas pelas investidas devem ser reconhecidas como receita.

4. Ativos financeiros

4.1. Ativos financeiros de liquidez

	31.12.2024		31.12.2023	
Títulos	**Valor justo**	**Vencimento**	**Valor justo**	**Vencimento**
Operações Compromissadas – LFT **(a)**	-	-	68.060	Até 12 meses
Cotas de fundos de investimento de renda fixa **(b)**	88.084	-	-	
Total	**88.084**		**68.060**	

(a) Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo não possuía saldo de operações compromissadas (2023: Operações compromissadas, lastreada em títulos públicos).

(b) As aplicações em cotas de fundo de investimento do Itaú Soberano Renda Fixa Simples Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento que possuem liquidez diária.

4.2. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Fundo detinha os seguintes investimentos em debêntures:

Ativos	Emissora	Ref.	Emissão	Aquisição	Vencimento	Quant.	Custo	31.12.2024	% s/ PL
F3CI11	F3C Investimentos S.A.	**(a)**	15/12/2020	22/12/2020	15/12/2040	65.000	65.000	78.885	6,65%
ASEO12	Aliseo Empreendimentos E Participações S.A.	**(b)**	07/08/2023	06/10/2023	28/07/2027	80.000	80.000	62.041	5,23%
ASEO12	Aliseo Empreendimentos E Participações S.A.	**(b)**	07/08/2023	18/12/2023	28/07/2027	38.677	39.831	29.995	2,53%
ASEO22	Aliseo Empreendimentos E Participações S.A.	**(b)**	07/08/2023	12/09/2023	28/09/2027	10.000	10.170	9.705	0,82%
ASEO12	Aliseo Empreendimentos E Participações S.A.	**(b)**	07/08/2023	01/02/2024	28/07/2027	1.323	1.346	1.026	0,09%
COREMAI	Coremas Holding S.A.	**(c)**	01/07/2024	15/07/2024	01/07/2026	8.610	8.611	9.270	0,78%
COREMAII	Coremas Holding S.A.	**(c)**	01/07/2024	15/07/2024	01/07/2026	5.740	5.740	6.180	0,51%
CONASAI	Conasa Saneamento S.A.	**(d)**	30/09/2024	03/12/2024	30/09/2034	35.000	35.000	35.450	2,98%
							245.698	**232.552**	**19,59%**

Ativos	Emissora	Ref.	Emissão	Aquisição	Vencimento	Quant.	Custo	31.12.2023	% s/ PL
F3CI11	F3C Investimentos S.A.	**(a)**	15/12/2020	22/12/2020	15/12/2040	65.000	65.000	67.721	10,24%
ASEO12	Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.	**(b)**	07/08/2023	06/10/2023	28/06/2027	80.000	80.000	83.830	12,67%
ASEO12	Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.	**(b)**	07/08/2023	18/12/2023	28/06/2027	38.677	39.831	40.529	6,13%
ASEO22	Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.	**(b)**	07/08/2023	12/09/2023	28/09/2027	10.000	10.170	10.905	1,65%
LYON11	Parnaíba Transmissão e Part. S.A. (antiga LC Energia)	**(e)**	30/08/2019	20/09/2019	30/04/2024	553	55.635	92.767	14,02%
LYON12	Parnaíba Transmissão e Part. S.A. (antiga LC Energia)	**(e)**	25/03/2022	30/03/2022	30/04/2024	438	43.800	67.926	10,27%
LYON12	Parnaíba Transmissão e Part. S.A. (antiga LC Energia)	**(e)**	25/03/2022	31/03/2022	30/04/2024	112	11.208	17.370	2,63%
SOLM13	Sol Maior Geradora de Energia S.A.	**(f)**	18/04/2019	02/05/2019	30/04/2035	17.000	17.000	25.259	3,82%
							322.644	**406.308**	**2,63%**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo reconheceu resultado de R$ 24.833 com as debêntures (R$ 61.537 em 2023).

(a) F3C Investimentos S.A.

No dia 08 de dezembro de 2020, a emissora realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 08 de dezembro de 2020 ("AGE Emissora"), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 544.143/20-6, em 21 de dezembro de 2020.

O valor total da Emissão foi de R$ 65.000, na Data de Emissão, atualizados pelo IPCA acrescido de 10,00% ao ano, com vencimento em 15 de dezembro de 2040. Conforme deliberado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas de 29 de novembro de 2021, a debênture teve sua taxa alterada para IPCA acrescido de 11,00% ao ano. O Fundo adquiriu a totalidade da emissão, desembolsando o montante de R$65.000 em 22 de dezembro de 2020.

A Campitiba, ativo detido pela F3C Investimentos S.A., finalizou suas obras e obteve o Termo de Liberação Definitivo ("TLD") no início do mês de novembro de 2021, autorizando a Operação Comercial Definitiva da transmissora.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo não recebeu valores da F3C Investimentos S.A. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo recebeu o seguinte valor da F3C Investimentos S.A., correspondente à remuneração das debêntures.

Data	Valor
15/12/2023	10.871

O ativo é uma debênture que não possui negociação em mercado secundário, portanto seu valor está marcado ao custo corrigido por se tratar da melhor estimativa do seu valor justo.

No início de 2025, a Gestora iniciou o processo de execução das debêntures emitidas pela F3C Investimentos S.A., vencidas em fevereiro de 2025 em decorrência do não pagamento da remuneração devida, o que motivou o início da execução das garantias previstas na escritura das debêntures. Ressaltamos que o valor da dívida em aberto, incluindo principal e encargos, é inferior ao valor justo da garantia. A expectativa da Gestora é de recuperação integral do valor da dívida por meio da execução das garantias.

(b) Aliseo Empreendimentos e Participações S.A.

Sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, na Via 5 Projetada, S/N Lote A 012, Distrito Industrial, CNPJ sob o nº 46.155.662/0001-31 e na Junta Comercial do RJ sob o NIRE nº 33.3.0034357-1.

Em 7 de agosto de 2023 foi realizada a 2ª emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional. O volume da emissão foi de 170.000 (cento e setenta mil) Debêntures simples e não conversíveis. A Emissão foi realizada em 2 (duas) séries, sendo (i) 120.000 (cento e vinte mil) debêntures objeto da Primeira Série; e (ii) 50.000 (cinquenta mil) debêntures objeto da Segunda Série (em conjunto, as "Debêntures"). A totalidade dos recursos obtidos pela Companhia com a Oferta foi destinado à implementação da infraestrutura que viabilizará a aquisição de bobinas para dutos flexíveis e umbilicais e a prestação dos serviços descritos nos contratos entre a Petrobrás e o Consórcio T3 Flexíveis.

As debêntures da 1ª série possuem remuneração de IPCA + 13% ao ano, enquanto as da 2ª série são corrigidas a IPCA + 20% ao ano.

Durante o exercício findo em 2024, o Fundo adquiriu debêntures da 1ª Série da 2ª emissão pelo valor total de R$ 1.346. Durante o exercício findo em 2023, o Fundo adquiriu debêntures da 1ª e da 2ª Série da 2ª emissão pelo valor total de R$ 130.001.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo recebeu o seguinte valor da Companhia, correspondente à remuneração das debêntures.

Data	Ativo	Valor
29/01/2024	ASEO12	4.203
29/01/2024	ASEO22	299
28/02/2024	ASEO12	4.177
28/02/2024	ASEO22	290
28/03/2024	ASEO12	4.241
28/03/2024	ASEO22	298
29/04/2024	ASEO12	4.217
29/04/2024	ASEO22	297
28/05/2024	ASEO12	4.146
28/05/2024	ASEO22	288
28/06/2024	ASEO12	4.245
28/06/2024	ASEO22	303
29/07/2024	ASEO12	4.168
29/07/2024	ASEO22	294
28/08/2024	ASEO12	4.205
28/08/2024	ASEO22	300
30/09/2024	ASEO12	4.223
30/09/2024	ASEO22	305
28/10/2024	ASEO12	4.058
28/10/2024	ASEO22	282
28/11/2024	ASEO12	4.099
28/11/2024	ASEO22	289

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Data	Ativo	Valor
30/12/2024	ASEO12	4.083
30/12/2024	ASEO22	289

O ativo é uma debênture que não possui negociação em mercado secundário, portanto seu valor está marcado ao custo corrigido por se tratar da melhor estimativa do seu valor justo.

(c) Coremas Holding S.A.

COREMAS HOLDING S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de Coremas, estado da Paraíba, na Fazenda Rio Tinto, s/n, Zona Rural, CEP 58770-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 35.516.163/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Paraíba ("JUCEP") sob o NIRE 2530001180-7.

COREMAS HOLDING II S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante CVM, com sede na cidade de Coremas, estado da Paraíba, na Fazenda do Escurinho, s/n, Zona Rural, CEP 58770-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.401.730/0001-41, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado da Paraíba ("JUCEP") sob o NIRE 2530001186-6.

Em 3 de julho de 2024 as Companhias realizaram emissão da:

i. 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie Com Garantia Real e Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Coremas Holding S.A.

ii. 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser Convolada em da Espécie Com Garantia Real e Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Coremas Holding II S.A.

As debêntures da 3ª emissão das duas companhias oferecem remuneração de IPCA + 12% ao ano e prazo de dois anos.

Durante o exercício findo em 2024, o Fundo investiu R$ 14.351 nas debêntures conversíveis das Coremas Holding I e II, que por sua vez, possuem 5 SPEs de projetos solares operacionais com 156 MWp e contam com contratos de venda de energia de longo prazo e financiamento com BNB.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo não recebeu remuneração das debêntures das Companhias.

O ativo é uma debênture que não possui negociação em mercado secundário, portanto seu valor está marcado ao custo corrigido por se tratar da melhor estimativa do seu valor justo.

(d) Conasa Saneamento S.A.

CONASA SANEAMENTO S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, com sede na cidade de Londrina, estado do Paraná, na Avenida Higienópolis, nº 1.601, Sala 701 Parte, Jardim Higienópolis, CEP 86.015-010, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 57.398.855/0001-30, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 4130032878-1.

Em 7 de novembro de 2024 a Companhia realizou a emissão da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Colocação Privada da Conasa Saneamento S.A.

As debêntures da 1ª emissão das duas companhias oferecem remuneração de IPCA + 13% ao ano e prazo de dez anos, com potenciais *step-ups* anuais de 20 bps.

Durante o exercício findo em 2024, o Fundo investiu R$ 35.000 nas debêntures da Conasa Saneamento S.A., holding que controla a Águas do Sertão, concessionária de água e esgoto de 34 municípios do Estado de Alagoas. A companhia possui metas de alcançar 100% de cobertura de água até 2027 e 90% de cobertura de esgoto até 2033, foco principal dos investimentos em curso. A holding é controlada pela Conasa Infraestrutura S.A., empresa com investimentos em saneamento, rodovias e iluminação pública no Brasil.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo não recebeu remuneração das debêntures da Companhia.

O ativo é uma debênture que não possui negociação em mercado secundário, portanto seu valor está marcado ao custo corrigido por se tratar da melhor estimativa do seu valor justo.

(e) Parnaíba Transmissão e Participações S.A. – anteriormente denominada LC Energia Holding S.A.

O Fundo adquiriu por R$ 55.635 no âmbito do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória Adicional da Lyon Energia" ("Escritura") celebrado em 30 de agosto de 2019 e aditada em 25 de março de 2022 para a inclusão da 2ª Série, com a LC Energia Holding S.A. (nova denominação da Lyon Energia Holding S.A. "LC Energia Holding") para desenvolvimento das operações das SPEs FS Transmissora de Energia S.A. (nova denominação da Lyon Transmissora de Energia Elétrica S.A., "FS"), Colinas Transmissora de Energia S.A. (nova denominação da Lyon Transmissora de Energia Elétrica II S.A., "Colinas") e Simões Transmissora de Energia S.A. (nova denominação da Lyon Transmissora de Energia Elétrica III S.A., "Simões"). A LC Energia Holding S.A. é uma holding detentora das SPEs FS, Colinas e

Simões, responsáveis pela implementação, construção, operação e manutenção dos lotes 6, 11 e 17 do leilão ANEEL 02/2018.

Em março de 2022, o Fundo adquiriu debêntures da 2ª Série pelo valor total de R$ 55.008. Em 31 de março de 2023, o ativo encontrava-se parcialmente em fase pré-operacional, portanto seu valor justo era muito próximo ao custo corrigido.

Em 13 maio de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a conversão da totalidade das Debêntures de 1ª Série e Debêntures da 2ª Série, todas de emissão da Companhia, em 166.963.816 (cento e sessenta e seis milhões, novecentas e noventa e três mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias pelo valor global de R$166.964, as quais foram totalmente subscritas pelos Debenturistas e integralizadas mediante conversão das Debêntures.

(f) Sol Maior Geradora de Energia S.A.

O Fundo celebrou em 18 de abril de 2019 o Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debênture Simples (“Escritura da Terceira Emissão”) com a UFV Sol Maior cujo objeto era o financiamento das operações da usina através de um financiamento de 16 anos (“Financiamento”), no valor total de R$ 17.000. A UFV Sol Maior, com capacidade instalada de 6,12 MWp, foi vencedora do segundo Leilão de Energia de Reserva (“LER”) de 2015, com preços atualizados de R$365,19 / MWh e vigência até julho de 2037. Até o exercício de 2023, a UFV Sol Maior possuía como acionista controlador o Fundo, com 94,63% das ações, e a MG3 Infraestrutura como acionista minoritário com 5,37% das ações. Posteriormente, no exercício de 2024, o Fundo adquiriu a parcela do minoritário, passando a deter 100% de participação na Companhia.

O ativo é uma debênture que não possui negociação em mercado secundário, portanto seu valor está marcado ao custo corrigido por se tratar da melhor estimativa do seu valor justo.

Em 14 maio de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a alteração das características das Debêntures, que deixam de ser não conversíveis e passam a ser conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia; e (ii) a conversão da totalidade das 17.000 Debêntures da 3ª Emissão, de emissão da Companhia, em 28.725.392 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia pelo valor global de R$28.725, as quais foram totalmente subscritas pelo Fundo e integralizadas mediante conversão das Debêntures em ações de emissão da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Fundo não recebeu valores da Sol Maior Geradora de Energia S.A.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

4.3. Ações de companhia fechada

Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo detinha as seguintes posições de ações de companhia fechada.

Empresa	Quantidade	Participação societária	Valor Justo
Sol Maior Geradora de Energia S.A. **(a)**	21.031.959,00	100,00%	34.938
Órion Transmissão S.A. **(b)**	194.055.820,00	100,00%	239.275
Apodi Participações S.A. **(c)**	15.523.347,10	79,6260%	53.766
Alameda Acre Participações S.A. **(d)**	89.316.056,00	100,00%	262.350
Ventos de Vila Acre II SPE S.A. **(e)**	29.000.000	100,00%	89.035
LC Energia Holding S.A. **(f)**	230.735.632	100,00%	201.993
			881.357

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo detinha as seguintes posições de ações de companhia fechada.

Empresa	Quantidade	Participação societária	Valor Justo
Sol Maior Geradora de Energia S.A. **(a)**	5.670.766,00	94,6300%	4.987
Órion Transmissão S.A. **(b)**	101.055.820	100,00%	135.957
Apodi Participações S.A. **(c)**	15.523.347,10	79,6260%	65.486
Alameda Acre Participações S.A. **(d)**	89.316.056,00	100,00%	220.000
Ventos de Vila Acre II SPE S.A. **(e)**	29.000.000	100,00%	72.000
			498.430

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, ocorreram as seguintes movimentações nas companhias fechadas:

		2022	2023			2024		
Empresa	**Custo de aquisição**	**Saldo abertura- Valor Contábil**	**Ajuste a valor justo**	**Movto.**	**Valor Contábil**	**Ajuste a valor justo**	**Movto.**	**Valor Contábil**
Sol Maior Geradora de Energia S.A.	40.083	9.609	(4.622)	--	4.987	(1.274)	31.225	34.938
Órion Transmissão S.A.	194.056	127.845	9.706	(1.594)	135.957	10.318	93.000	239.275
Arteon Z Transmissão Participações S.A.	-	21.106	--	(21.106)	--	--	--	--
Apodi Participações S.A.	47.206	59.139	6.279	68	65.486	(11.720)	--	53.766
Alameda Acre Participações S.A.	223.185	--	--	220.000	220.000	39.165	3.185	262.350
Ventos De Vila Acre II SPE S.A.	64.479	--	--	72.000	72.000	24.556	(7.521)	89.035
LC Energia Holding S.A.	192.164	--	--	--	--	9.829	192.164	201.993
	761.173	**217.699**	**11.363**	**269.368**	**498.430**	**70.874**	**312.053**	**881.357**
Ações a integralizar								
Alameda Acre Participações S.A.		--	--	(220.000)	(220.000)	--	220.000	**--**
Ventos De Vila Acre II SPE S.A.		--	--	(72.000)	(72.000)	--	72.000	**--**
		--	**--**	**(292.000)**	**(292.000)**	**--**	**292.000**	**--**

(a) Sol Maior Geradora de Energia S.A.

A Sol Maior Geradora de Energia S.A ("Sol Maior"), localizada no Município de Miracema/TO, inscrita no CNPJ nº 23.817.528/0001-53, é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado é: às margens da Rodovia TO-342, a 5 Km de Miranorte, no sentido de Miracema do Norte, na Cidade de Miracema do Tocantins-TO.

A Sol Maior deu início às suas atividades em fevereiro de 2019 e tem por objetivo específico o desenvolvimento, implantação, construção, operação, manutenção e exploração comercial da UFV SOL MAIOR 2 para a geração de Energia Elétrica Renovável por fonte Fotovoltaica (solar) – CNAR: 3511-5/01, em todo o território nacional, na forma de produtor independente de energia elétrica.

Movimentação do investimento

Em 17 de abril de 2019, o Fundo celebrou Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("CCVA") com a Lyon Infraestrutura, Gestão e Desenvolvimento de Projetos Ltda. cujo objeto foi a aquisição de 8.226.442 ações, correspondentes a 80,5% das ações da Sol Maior Geradora de Energia S.A., pelo valor total de R$ 8.000.

Conforme descrito no livro de ações da Sol Maior, foi retificada a cessão não onerosa prevista no Instrumento particular de contrato de compra e venda de ações e outras avenças celebrado entre a partes em 17 de abril 2019. Em função disso, em 1º de julho de 2020, o Fundo transferiu 450.628 ações ordinárias ao acionista MG3 Infraestrutura e Participação Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 7 de julho de 2020 da Sol Maior, foi deliberado o aumento do capital social, no valor de R$ 874, com a emissão de 873.905 novas ações, mediante a capitalização dos créditos detidos pelos acionistas na Sol Maior. O Fundo subscreveu e integralizou 858.000 ações ordinárias.

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 10 de julho de 2020, os prejuízos acumulados da Sol Maior, no montante de R$ 2.459, foram integralmente absorvidos, com o cancelamento de 2.459.696 ações ordinárias, de forma proporcional as respectivas participações no capital de cada acionista da Companhia, foram canceladas 1.976.339 ações ordinárias de propriedade do Fundo. Nesta mesma ata, foi aprovado a redução de capital da Companhia em R$ 2.293 por julgá-lo excessivo, com o cancelamento de 2.293.142 ações ordinárias de forma proporcional às respectivas participações no capital social de cada acionista da Companhia, foram canceladas 1.842.514 ações ordinárias de propriedade do Fundo.

Em 8 de setembro de 2020, conforme registro no livro de ações da Companhia, a acionista MG3 Infraestrutura e Participação Ltda. transferiu 855.805 ações ordinárias ao Fundo, em decorrência do Acordo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, bem como em decorrência de

parte da indenização referente ao descasamento do valor da TUSD (“Transferência”). Após este ajuste, o Fundo passou a deter 94,63% do ativo.

Em 22 de março de 2024, o Fundo adquiriu da acionista minoritária MG3 Infraestrutura e Participações Ltda. a totalidade das 321.801 ações remanescentes da Companhia, representando os 5,37% restantes do capital social, pelo valor simbólico de R$ 1,00 (um real). O valor reduzido da transação foi pactuado considerando-se que a operação foi realizada sob a modalidade de “porteira fechada”, conforme previsto na Cláusula 6.3 do contrato, pela qual o Comprador assumiu integralmente todas as responsabilidades, passivos e riscos relacionados à Companhia, inclusive aqueles anteriores à data da aquisição. Assim, o preço simbólico reflete a alocação integral de tais riscos ao Comprador, bem como a inexistência de expectativa de retorno econômico adicional para a Vendedora em razão da transferência das ações.

Em 14 maio de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a alteração das características das Debêntures, que deixam de ser não conversíveis e passam a ser conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia; e (ii) a conversão da totalidade das 17.000 Debêntures da 3ª Emissão, de emissão da Companhia, em 28.725.392 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia pelo valor global de R$28.725, as quais foram totalmente subscritas pelo Fundo e integralizadas mediante conversão das Debêntures em ações de emissão da Companhia, de modo que o capital social da Companhia passou de R$5.993, dividido em 5.992.567 (ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$34.717, dividido em 34.717.959 (ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 24 de julho de 2024, em ato de Assembleia Geral Ordinária da Companhia, consignou-se que a Companhia apurou prejuízo líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$ 2.935, em relação ao quais, o Fundo decidiu aprovar a destinação integral para a conta de prejuízos acumulados no balanço patrimonial da Companhia.

Em 24 julho de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais), passando o capital social da Companhia de R$34.717, dividido em 34.717.959 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$37.218, dividido em 37.217.959 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As Novas Ações ora emitidas foram totalmente subscritas pelo Fundo e integralizadas nesta data.

Na mesma data, o Fundo aprovou a redução do capital social da Companhia em R$ 16.186, com cancelamento de 16.186.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para a absorção integral dos prejuízos acumulados da Companhia, sem reembolso ao acionista em decorrência do cancelamento de ações, de modo que o capital social da Companhia passou de

R$37.217, dividido em 37.217.959, para R$ 21.032, dividido em 21.031.959 (vinte e um milhões, trinta e uma mil, novecentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Valor justo em 31 de dezembro de 2024
Em janeiro de 2025, a Thoreos Assessoria Financeira elaborou o laudo de avaliação, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo Administrador do Fundo e os balanços contábeis de 30/09/2024.

De forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para o custo de capital próprio a taxa de desconto calculada com base no CAPM foi de 8,78% ao ano.

Valor justo em 31 de dezembro de 2023
Em abril de 2024, a Thoreos Assessoria Financeira elaborou o laudo de avaliação, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo Administrador do Fundo e os balanços contábeis auditados de 31/12/2023.

De forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para o custo de capital próprio a taxa de desconto calculada com base no CAPM foi de 7,97% ao ano.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da Companhia Investida, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram opinião, datada em 31 de março de 2025, sem modificação de opinião.

(b) Órion Transmissão S.A.

A Órion Transmissão S.A. (originalmente denominada Amethystus A002.20 Participações S.A.) é uma sociedade por ações, constituída em 02 de janeiro de 2020, com prazo indeterminado de duração, tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-907, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

A Companhia tem por objeto social: (i) realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas às atividades de distribuição e transmissão de energia elétrica da Companhia e das sociedades por ela investidas, bem como, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares à consecução do seu objeto social; (ii) investimento em novos projetos de infraestrutura e/ou expansão de projetos já existentes, implantados ou em processo de implantação, especialmente nas áreas de distribuição e transmissão de energia elétrica, incluindo a promoção de estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos da Companhia e sociedades por ela investidas, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras ou da operação e manutenção das instalações; e (iii) participação como acionista ou quotista, em outras sociedades que tenham como objeto social exclusivamente a participação em projetos de infraestrutura e empreendimentos na área de energia elétrica no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 100% de participação societária direta na empresa Arteon Z Transmissão e Participações S.A. (Holding) e 75,5% de participação societária direta nas empresas BRE1 Implantação de Sistema de Transm. Elétrica SPE e BRE3 Implantação de Sistema de Transm. Elétrica SPE.

Movimentação do investimento

Conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações, celebrado em 30 de outubro de 2020, o Fundo adquiriu 500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo valor de R$1.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de dezembro de 2020, foi deliberado o aumento do capital social no valor de R$102.650, mediante a emissão de 102.649.550 novas ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo na mesma data.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2023, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução de capital social da Companhia, no valor de R$20.500, por excesso de capital social, na forma do art. 173 da Lei n.º 6.404/76, de modo que o capital social passou de R$102.650 para R$82.150. O Fundo recebeu R$4.500, em 5 de abril de 2023, e R$ 16.000, em 30 de março de 2023, pela redução de capital. Na mesma assembleia geral supracitada foi aprovada formalização pela companhia de ajustes à escritura da primeira emissão de debêntures. Tal formalização ocorreu por meio de assembleia geral de debenturistas (AGD) e contou, entre outros temas, com a permissão de realização de reduções de capital desde que mantido índice financeiro de dívida líquida sobre ativo.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Órion Transmissora S.A., realizada em 15 de maio de 2023, foram deliberadas: (i) a aprovação das contas do exercício encerrado em dezembro de 2022, bem como a destinação do resultado exercício; (ii) o aumento de capital da Companhia, no valor de R$21.106, mediante a emissão de 21.105.770 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pelo Fundo e integralizadas na mesma data com a entrega das 11.219.341 ações ordinárias da Arteon Z Transmissão Participações S.A. detidas pelo Fundo, avaliadas pelo valor de R$ 21.106, de modo que o capital social passou de R$ 82.150 para R$ 103.256.

Em 24 de agosto de 2023, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução de capital social da Companhia, no valor de R$ 23.600, por excesso de capital social, na forma do art. 173 da Lei n.º 6.404/76, de modo que o capital social passou de R$103.256 para R$79.656. O Fundo recebeu R$22.300, em 28 de agosto de 2023, e R$ 1.300, em 11 de setembro de 2023, pela redução de capital. De modo que o capital social passou de R$ 103.256 para R$ 79.656.

Em 21 de dezembro de 2023, a fim de fazer frente a novas aquisições societárias, houve aumento de capital no valor de R$ 21.400, de modo que o capital social da companhia passou a R$ 101.056.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 03 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R$103.000, mediante a emissão de 103.000 de novas ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo na mesma data. De modo que o capital social passou de R$ 101.056 para R$ 204.056, ao preço de R$ 1,00 (um real) cada ação.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de junho de 2024, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R$37.000, mediante a emissão de 37.000.000, de novas ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pelo Fundo na mesma data. De modo que o capital social passe de R$ 204.056 para R$ 241.056, ao preço de R$ 1,00 (um real) cada ação.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Em 06 de dezembro de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital social da Companhia, no valor de R$ 47.000, por excesso de capital social, na forma do art. 173 da Lei n.º 6.404/76, de modo que o capital social passou de de R$ 241.056, dividido em 241.055.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 194.056, dividido em 194.055.820 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Fundo recebeu R$47.000, em 17 de dezembro de 2024.

Valor justo em 31 de dezembro de 2024
Em janeiro de 2025 a Thoreos Assessoria Financeira, estimou o laudo de avaliação com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo FIP e os balanços contábeis de 30/09/2024. Chegou-se ao valor justo da Órion com base em (i) valor justo da Arteon Z, (ii) valor justo das BREs 1 e 3, (iii) caixa e recebíveis da Órion e (iv) dedução do saldo da dívida da companhia na data.

Conforme relação à metodologia de valor justo de forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para os custos de capital próprio as taxas de desconto calculadas com base no CAPM foram de (i) 8,67% ao ano para Arteon Z, (ii) 9,43% para a BRE 1 e (iii) 9,18% para a BRE 3.

Valor justo em 31 de dezembro de 2023
Em abril de 2024 a Thoreos Assessoria Financeira, estimou o laudo de avaliação com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo FIP e os balanços contábeis auditados de 31/12/2023. Chegou-se ao valor justo da Órion com base em (i) valor justo da Arteon Z, (ii) valor justo das BREs 1 e 3, (iii) caixa e recebíveis da Órion e (iv) dedução do saldo da dívida da companhia na data.

Conforme relação à metodologia de valor justo de forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Para os custos de capital próprio as taxas de desconto calculadas com base no CAPM foram de (i) 7,85% ao ano para Arteon Z, (ii) 8,70% para a BRE 1 e (iii) 8,36% para a BRE 3.

Demonstrações financeiras:
As demonstrações financeiras da Companhia Investida, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram opinião, datada em 25 de abril de 2025, sem modificação de opinião.

(c) Apodi Participações S.A.
Constituída em 8 de fevereiro de 2017, a holding é uma sociedade de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, que tem como propósito a participação em outras sociedades não financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía participação de 12,5% em cada uma das suas coligadas abaixo, responsáveis pela operação de 162,4 MWp em parques solares.

- Apodi I Energia SPE S.A.
- Apodi II Energia SPE S.A.
- Apodi III Energia SPE S.A.
- Apodi IV Energia SPE S.A.

Movimentação do investimento
Em 8 de março de 2021 foi firmado Termo de fechamento do Contrato de Compra e Venda, pelo qual o Fundo adquiriu 15.061.250 ações ordinárias da Companhia, com valor total da transação de R$ 49.010.

Em 11 de maio de 2021, após cumprimento de condições precedentes para liquidação, o Fundo realizou o pagamento da parcela do valor apurado de R$ 46.559, havendo possibilidade de pagamentos posteriores de Ajuste de Preço, mediante determinadas condições.

Em 18 de fevereiro de 2022 o Fundo, após as devidas verificações, realizou pagamento de R$ 184, correspondente ao Ajuste de Preço acordado no Contrato de Compra e Venda 8 de março de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada a emissão de novas ações da Companhia. O Fundo subscreveu e integralizou 394.415 novas ações, pelo montante de R$ 395, sendo R$ 298 referente a conversão de AFAC de propriedade do Fundo em R$ 95 integralizado em dinheiro em 19 de maio de 2022.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 16 de outubro de 2023, foi aprovada a emissão de novas ações da Companhia. O Fundo subscreveu e integralizou 67.682

novas ações, pelo montante de R$ 68, sendo integralizado em dinheiro em 19 de outubro de 2023.

Valor justo em 31 de dezembro de 2024
Em janeiro de 2025 a Thoreos Assessoria Financeira, estimou o laudo de avaliação, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo FIP e os balanços contábeis de 30/09/2024.

De forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para o custo de capital próprio a taxa de desconto calculada com base no CAPM foi de 10,39% ao ano.

Valor justo em 31 de dezembro de 2023
Em abril de 2024 a Thoreos Assessoria Financeira, estimou o laudo de avaliação, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo FIP e os balanços contábeis auditados de 31/12/2023.

De forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para o custo de capital próprio a taxa de desconto calculada com base no CAPM foi de 8,62% ao ano.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

Demonstrações financeiras:
Até a data de emissão dessa demonstração financeira do Fundo, as demonstrações financeiras da Apodi Participações S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não haviam sido emitidas.

(d) Alameda Acre Participações S.A

Constituída em 10 de maio de 2016, a holding é uma sociedade de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, que tem como propósito a participação em outras sociedades não financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía participação de 100% na empresa Usina de Energia Eólica Vila Acre I SPE S.A., controlada cuja atividade é estruturar, desenvolver e implantar a geração e exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvido no parque eólico denominado Vila Acre.
.
A companhia era detida pelas empresas Voltalia S.A. (sediada na França) e Voltalia Energia do Brasil Ltda. (subsidiária da Voltalia S.A.), e teve 100% de sua participação vendida no dia 22/12/2023, com pagamento a prazo conforme descrito a seguir. Desta forma, considerando-se a proximidade do fim do exercício, a participação foi marcada ao valor do contrato em 31/12/2023 (i.e., R$ 220.000).

O preço base de aquisição para a venda da totalidade das Ações foi o valor de R$ 220.000, sendo ajustado com base em cláusulas contratuais (que refletiam ajustes de dívida líquida e capital de giro) e corrigido a partir de 31/12/2023 por taxa pré-definida. O valor final de aquisição foi de R$ 223.185, pago em 11/04/2024.

O capital social da companhia é de R$ 89.316, dividido em 89.316.056 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Valor justo em 31 de dezembro de 2024
Em janeiro de 2025 a Thoreos Assessoria Financeira, estimou o laudo de avaliação, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo FIP e os balanços contábeis de 30/09/2024.

De forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para o custo de capital próprio a taxa de desconto calculada com base no CAPM foi de 10,16% ao ano.

Demonstrações financeiras:
As demonstrações financeiras da Companhia Investida, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram opinião, datada em 2 de maio de 2025, sem modificação de opinião.

(e) Ventos De Vila Acre II SPE S.A.
Constituída em 24 de janeiro de 2018, é uma sociedade de capital fechado, tem como propósito principal a Geração de energia elétrica. A companhia era detida pela Ventos Serra do Mel A S.A., subsidiária da Voltalia S.A., e teve 100% de sua participação vendida no dia 28/12/2023, com pagamento a prazo conforme descrito a seguir. Desta forma, considerando-se a proximidade do fim do exercício, a participação foi marcada ao valor do contrato em 31/12/2023 (i.e., R$ 72.000).

O preço estimado de aquisição para a venda da totalidade das ações foi de valor de R$ 72.000, sendo ajustado com base em cláusulas contratuais (que refletiam ajustes de dívida líquida e capital de giro) e corrigido a partir de 31/12/2023 por taxa pré-definida. O valor final de aquisição foi de R$ 64.479, pago em 10/04/2024.

O capital social da companhia é de R$29.000 dividido em 29.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Valor justo em 31 de dezembro de 2024
Em janeiro de 2025 a Thoreos Assessoria Financeira, estimou o laudo de avaliação, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo FIP e os balanços contábeis de 30/09/2024.

De forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para o custo de capital próprio a taxa de desconto calculada com base no CAPM foi de 10,53% ao ano.

Demonstrações financeiras:
As demonstrações financeiras da Companhia Investida, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram opinião, datada em 2 de maio de 2025, sem modificação de opinião.

(f) Parnaíba Transmissão e Participações S.A. – anteriormente denominada LC Energia Holding S.A.

A Parnaíba Transmissão e Participações S.A. é a holding detentora dos ativos 100% operacionais: FS, Colinas e Simões, responsáveis pela operação e manutenção dos Lotes 06, 11 e 17 do leilão Aneel 02/2018, respectivamente.

As concessões das controladas pelos ativos possuem vencimentos em setembro de 2048 e compreendem linhas de transmissão localizadas nos estados da Bahia, Piauí e Tocantins.

Movimentação do investimento
Em 22 de março de 2024, o Fundo adquiriu 38.571.816 ações da Companhia, representando 100% do capital social, pelo valor simbólico de R$ 1,00 (um real). O valor reduzido da transação foi acordado entre as partes de forma justa e refletiu a situação econômica da Companhia à época, considerando obrigações financeiras, aportes prévios realizados pelo vendedor e a estruturação contratual das debêntures conversíveis em ações da Companhia anteriormente emitidas e investidas pelo Fundo.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de março de 2024, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R$25.200, mediante a emissão de 25.200.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00 (um real), todas subscritas e integralizadas pelo Fundo.

Em 13 maio de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a conversão da totalidade das 553 (quinhentas e cinquenta e três) Debêntures da 1ª Série e das 550 Debêntures da 2ª Série, todas de emissão da Companhia, em 166.963.816 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal,com aumento de capital social da companhia no valor de R$166.964, as quais foram totalmente subscritas pelos Debenturistas e integralizadas mediante conversão das Debêntures, para os fins da Escritura de Emissão, pelos Debenturistas, de modo que o capital social da Companhia passou de R$63.772 dividido em 63.771.816 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$230.736, dividido em 230.735.632 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Valor justo em 31 de dezembro de 2024
Em janeiro de 2025 a Thoreos Assessoria Financeira, estimou o laudo de avaliação, com base na metodologia do fluxo de caixa descontado, especificamente o Fluxo do Acionista (FCFE), a fim de capturar o valor econômico do empreendimento, baseando-se em suas perspectivas de

rentabilidade futura. Foram utilizadas como base de premissas o modelo econômico-financeiro do ativo, fornecido pelo FIP e os balanços contábeis de 30/09/2024.

De forma a refletir o valor do capital no tempo, estes rendimentos futuros são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflete o risco do ativo e o custo de oportunidade de ativos de risco semelhante.

Como medida de rendimentos futuros disponíveis para o acionista, foram utilizados conceitos de Fluxo de Caixa Livre da Firma e Fluxo de Caixa Livre do Acionista.

Para o custo de capital próprio a taxa de desconto calculada com base no CAPM foi de 8,83% ao ano.

Demonstrações financeiras:
As demonstrações financeiras da Companhia Investida, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram opinião, datada em 10 de abril de 2025, sem modificação de opinião.

5. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações: (a) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção da carteira do Fundo (*hedge*); ou (b) envolverem opções de compra ou venda das ações das sociedades investidas com o propósito de (i) ajustar o preço de aquisição da sociedade investida com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (ii) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Não houve transações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6. Gerenciamento e controles relacionados aos riscos

a. Tipos de risco

Risco de crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Valores Mobiliários ou dos Ativos Financeiros ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito dos emissores podem acarretar oscilações no preço de negociação dos ativos que compõem sua carteira;

Risco de derivativos: consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do fundo, limitar as possibilidades de

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo que utilize derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de a posição não representar um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo;

***Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental*:** O Fundo poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os cotistas e atrasos no pagamento de amortizações e regastes.

Não obstante, o Fundo desenvolverá suas atividades no mercado brasileiro, estando sujeito, portanto, aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.
Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas.

Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional.

A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições financeiras, os resultados operacionais do fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos cotistas. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos seus resultados;

Risco de concentração da carteira do Fundo: A carteira do Fundo está concentrada em Valores Mobiliários de emissão de poucas Companhias investidas; quanto maior a concentração das aplicações, maior será sua vulnerabilidade em relação ao risco de tal emissora;

Risco de patrimônio negativo: As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais;

Risco relacionado às corretoras e distribuidoras de valores mobiliários: O Fundo poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

Riscos de liquidez dos ativos do Fundo: As aplicações do fundo nos Valores Mobiliários apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida. Se for necessária a venda dos Valores Mobiliários, poderá não haver comprador ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido, causando perda de patrimônio líquido do Fundo, e, consequentemente, do capital, parcial ou total, investido pelos cotistas;

Risco de liquidez reduzida das cotas: O volume inicial de aplicações no Fundo e a inexistência de tradição no mercado de capitais brasileiro de negociações envolvendo cotas de fundos fechados fazem prever que as suas cotas não apresentarão liquidez satisfatória. Tendo em vista a natureza de fundo fechado, não será permitido ao cotista solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas no regulamento.

Prazo para resgate de cotas: Ressalvada a amortização de cotas do Fundo, pelo fato de ter sido constituído sob a forma de condomínio fechado, o resgate de suas cotas somente poderá ocorrer após o término do seu prazo de duração, ocasião em que todos os cotistas deverão resgatar suas cotas, ou nas hipóteses de liquidação, conforme previsto no regulamento. Tal característica do fundo poderá limitar o interesse de outros investidores, reduzindo sua liquidez no mercado secundário; e

Inexistência de garantia de eliminação de riscos: A realização de investimentos no fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para os cotistas. Não há garantia do Administrador, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito, e consequentemente, os cotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser futuramente chamados para efetuar aportes de recursos adicionais.

b. Controles relacionados aos riscos

O Administrador privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo Gestor, consultoria técnico operacional especializada e o Comitê de Investimentos, que ponderam sobre os controles realizados pelas equipes e, eventualmente, decidem sobre medidas a serem tomadas. Através desses profissionais, são traçadas as diretrizes a serem seguidas pelos

fundos, visando administrar à exposição a riscos. O cumprimento da política de investimento, e consequentemente os riscos envolvidos nos investimentos, é monitorado, visando conhecer, limitar e mitigar os riscos inerentes. A governança estabelecida não caracteriza a eliminação total dos fatores de risco a que o fundo está sujeito. Apesar do Administrador utilizar técnicas e procedimentos para manter o acompanhamento de risco, acontecimentos eventuais e inesperados podem impactar negativamente a performance do Fundo.

7. Custódia dos títulos da carteira

Os serviços de custódia dos títulos da carteira do Fundo são prestados pelo Administrador.

As operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

As debêntures estão registradas nos livros de registro de debêntures nominativas das respectivas companhias, exceto as debêntures da Aliseo Empreendimentos e Participações S.A. que são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

As ações de companhias fechadas em nome do Fundo estão registradas nos livros de registro de ações nominativas das respectivas companhias.

8. Rentabilidade

O valor do patrimônio líquido médio e a rentabilidade do Fundo nos exercícios foram os seguintes:

Exercícios findos em	Patrimônio líquido médio	Cota patrimonial	Rentabilidade % (*)	Cota teórica (**)	Rentabilidade teórica (**)	TIR Intra-Ano Teórica (***)
31.12.2024	1.036.588	86,29850538	(7,88)	98,30	4,93	13,48
31.12.2023	508.173	93,68065151	(6,96)	104,23	3,52	14,76

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) Rentabilidade calculada com base na variação da cota patrimonial.
(**) Cota teórica consiste na cota patrimonial devolvendo-se as distribuições realizadas no ano, calculada em Reais por cota — não considera a variação na quantidade de cotas fruto de diluições geradas pelas novas emissões.
(***) Com o objetivo de refletir de forma mais precisa a rentabilidade do portfólio ao longo do exercício, independentemente de variações na quantidade de cotas ou emissões a preços distintos, esta nota apresenta a TIR (Taxa Interna de Retorno) intra-anual do fundo.

A TIR é calculada com base na dinâmica de fluxos de caixa: considera-se o patrimônio líquido de abertura do exercício e os ingressos financeiros decorrentes de ofertas como fluxos negativos (equivalentes a aportes de um cotista), enquanto as distribuições realizadas ao longo do período e o patrimônio líquido de encerramento são considerados fluxos positivos.

Esse indicador proporciona uma visão mais fiel da rentabilidade efetiva do fundo no ano, isolando distorções contábeis causadas por variações no número de cotas ou no preço de emissão.

9. Emissão, resgate e amortização de cotas

O Fundo emitirá cotas de única classe, em uma ou mais distribuições. Em relação à primeira emissão, o Fundo podia obter até R$ 150.000 em sua primeira oferta, mediante emissão e distribuição de até 1.500.000 cotas, com preço unitário inicial de emissão de R$ 100 (cem reais).

Na medida em que o Gestor identifique a necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo, o administrador poderá deliberar por novas emissões de cotas em adição à primeira emissão do Fundo até o limite de R$ 10.000.000 bem como seus respectivos termos e condições, independentemente de aprovação em assembleia geral de cotistas (“Capital Autorizado”). O administrador poderá, por ato próprio, deliberar a emissão adicional de cotas, dando conhecimento de cada respectiva emissão adicional aos cotistas nos termos previstos em regulamento. O preço de emissão das cotas objeto da respectiva emissão terá como base (i) o valor patrimonial das cotas, representado pelo quociente entre o valor do patrimônio líquido contábil atualizado do Fundo e o número de Cotas emitidas, apurado em data a ser fixada no respectivo instrumento de aprovação da nova emissão; (ii) as perspectivas de rentabilidade do Fundo; ou (iii) o valor de mercado das cotas já emitidas, apurado em intervalo de datas a ser fixado no respectivo instrumento de aprovação da nova emissão. Em caso de emissões de novas cotas até o limite do Capital Autorizado, caberá ao gestor a escolha do critério de fixação do valor de emissão das novas cotas dentre as três alternativas acima. Nos demais casos, o preço de emissão de novas cotas deverá ser fixado por meio de assembleia geral de cotistas, conforme recomendação do gestor.

A emissão inicial de cotas do Fundo foi de R$ 145.750, equivalentes a 1.457.500 cotas ao preço unitário de R$ 100 (cem reais) sendo este totalmente alocado como capital comprometido. No exercício findo 31 de dezembro de 2020 houve emissão de 3.044.704 novas cotas, no montante de R$ 293.586.

O Fundo poderá, mediante decisão da assembleia geral de cotistas, emitir novas cotas. As cotas poderão ser negociadas no mercado secundário, observados os requisitos previstos no regulamento e nas leis e regulamentações aplicáveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Fundo emitiu 2.559.836 cotas no montante de R$ 200.000.

No mês de março de 2024 foi concluída a distribuição pública das cotas da 5ª emissão do Fundo (liquidada em 3 de abril), em que foram subscritas e integralizadas 6.692.606 novas cotas, perfazendo o montante bruto total de R$ 558.632. Os recursos haviam sido utilizados na quitação da compra dos ativos Ventos de Vila Acre II SPE S.A. e Alameda Acre Participações S.A., assim como em aumento de capital na Órion Transmissão S.A. para quitação de dívida corporativa existente na companhia.

Resgate

Tendo em vista a natureza do Fundo, não haverá resgate de cotas a qualquer tempo. O resgate das cotas somente poderá ser feito nas hipóteses de liquidação e segundo os procedimentos previstos em regulamento.

Amortização
Os cotistas do Fundo terão direito a receber parcela do valor de suas cotas, sem redução do seu número, a título de amortização das cotas. A amortização das Cotas do Fundo deverá observar os procedimentos operacionais da B3.

A amortização de cotas do Fundo (incluindo recursos decorrentes de desinvestimentos, líquido de despesas e reservas do Fundo) deverá ser realizada conforme orientação do Gestor.

Na liquidação total ou parcial dos investimentos, o Gestor poderá, a seu critério, optar pela amortização de cotas no valor total dos recursos obtidos com tal liquidação ou reter parte ou a totalidade dos recursos para o seu reinvestimento, caso tal reinvestimento seja aprovado pelo comitê de investimentos.

Os dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas sociedades alvo das quais o Fundo seja acionista/quotista, assim como quaisquer outros valores recebidos em decorrência de seus investimentos em tais sociedades alvo, poderão ser destinados à amortização de cotas, a critério do gestor.

Durante do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo realizou amortização de cotas no montante de R$ 144.978 sendo R$ 13.755 a serem pagos durante o próximo exercício (2023: R$ 56.252, sendo R$ 18.573 pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

10. Negociação de cotas

O Fundo possui cotas negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, nomeadas por "XPIE11". Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os preços mensais de fechamento estão demonstrados a seguir.

Data	Preço de fechamento
01/2024	86,00
02/2024	83,92
03/2024	84,20
04/2024	82,43
05/2024	81,39
06/2024	78,77
07/2024	78,25
08/2024	76,52
09/2024	73,29
10/2024	69,70
11/2024	63,19
12/2024	61,40

Data	Preço de fechamento
01/2023	58,40
02/2023	58,08
03/2023	58,38
04/2023	57,33
05/2023	62,25
06/2023	67,50
07/2023	67,42
08/2023	74,47
09/2023	71,74
10/2023	70,24
11/2023	73,59
12/2023	79,73

11. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços contratados

Administração:	Banco Genial S.A.
Gestão:	XP Vista Asset Management Ltda.
Custódia:	Banco Genial S.A.
Tesouraria:	Banco Genial S.A.
Escrituração de cotas:	Banco Genial S.A.
Controladoria:	Banco Genial S.A.
Formador de mercado:	Banco Fator S.A.

12. Remuneração da Administração

Taxa de Administração:

Em decorrência da prestação dos serviços de administração, gestão, custódia, tesouraria, controladoria e escrituração das Cotas do Fundo, o Fundo pagará Taxa de Administração anual equivalente (i) 1,5% sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo até 29/02/2020 e (ii) 1,3% sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo a partir de 01/03/2020, e que será provisionada diariamente, na base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, e paga mensalmente até o 5º Dia Útil do mês subsequente à sua vigência, nos termos do regulamento do Fundo.

A Taxa de Administração engloba (i) a Taxa de Administração Específica, a Taxa de Escrituração, a Taxa de Custódia e, (ii) a Taxa de Gestão, sendo referente ao: (i) o valor devido ao Administrador pelos serviços de administração fiduciária, controladoria, escrituração e custodia do Fundo; e (ii) os pagamentos devidos ao Gestor, respectivamente.

Pelos serviços de administração fiduciária e, controladoria, será cobrado do Fundo, como remuneração ao Administrador, os percentuais dispostos na tabela abaixo, observado o valor mínimo mensal de R$16, o que for maior. Referido valor deverá ser corrigido anualmente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("Taxa de Administração").

Patrimônio Líquido do Fundo (em R$)	Taxa de Administração Específica (ao ano)
Até R$ 400.000	0,10%
Acima de R$ 400.000,01	0,06%

Pelo serviço de escrituração de cotas, será cobrado do Fundo, o valor mensal fixo de R$2, somado aos valores mencionados na tabela abaixo ("Taxa de Escrituração"):

Número de Investidores	Valor cobrado por Investidor em R$
Até 2.000 (dois mil)	1,40
De 2.001 (dois mil e um) a 10.000 (dez mil)	0,90
A partir de 10.001 (dez mil e um)	0,70

Pelos serviços de Custódia Qualificada, será cobrado do Fundo, como remuneração a ser paga ao Administrador, o percentual de 0,02% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, observado o valor mínimo mensal de R$4, o que for maior. Referidos valores deverão ser corrigidos anualmente pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("Taxa de Custódia").

Taxas de performance:

O Gestor fará jus, a partir da constituição do Fundo, à taxa de performance, de acordo com o disposto no regulamento do Fundo.

O Gestor fará jus a uma taxa de performance, que corresponderá a 20% da rentabilidade do Fundo que exceder ao IPCA+7% ("Benchmark"). A taxa de performance será provisionada diariamente e será paga no momento de pagamento das amortizações aos cotistas, desde que o valor total integralizado de cotas, corrigido pelo benchmark a partir da data da respectiva integralização, tenha sido integralmente restituído aos cotistas por meio de amortizações, pagamentos ou resgates de suas cotas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve despesa com taxa de performance.

13. Encargos incorridos pelo Fundo

Os encargos debitados ao Fundo e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio são os seguintes:

Despesas administrativas	Exercício findo em 31/12/2024		Exercício findo em 31/12/2023	
	R$ Mil	%PL Médio	R$ Mil	%PL Médio
Taxa de Administração	372	0,04%	211	0,04%
Taxa de Gestão	13.120	1,27%	6.321	1,24%
Taxa de Fiscalização	51	0,00%	55	0,00%
Taxas CETIP e SELIC	149	0,01%	58	0,01%
Consultoria Jurídica	1.227	0,12%	1.146	0,23%
Auditoria	68	0,01%	49	0,01%
Outras Receitas/Despesas	683	0,07%	110	0,03%
Total	**15.670**	**1,51%**	**7.950**	**1,56%**

Patrimônio líquido médio R$ 1.036.588 (R$ 508.173 em 2023).

14. Política de divulgação de informações

As informações obrigatórias sobre o Fundo estão disponíveis na sede do Administrador assim como junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

15. Tributação

A tributação dos Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP-IE”) segue um regime especial e favorecido, com o objetivo de estimular investimentos em projetos de infraestrutura no Brasil.

O FIP-IE deverá ter um mínimo de 5 (cinco) cotistas, sendo que cada cotista não poderá deter mais de 40% (quarenta por cento) das cotas emitidas pelo FIP-IE ou auferir rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos do fundo.

O tratamento fiscal especial aplica-se somente aos fundos que cumprirem com os critérios acima descritos e também cumprirem os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela CVM, especialmente a Resolução CVM nº 175/2022.

Fundo

A carteira do Fundo é isenta de tributação.

Cotista

O Fundo está sujeito a regime de tributação específica, conforme a Lei nº 11.478, de 29 de maiode 2007. Abaixo, segue tratamento tributário aplicável aos seus cotistas:

a) Cotistas Residentes. **1. Pessoas Físicas:** (i) isentas do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos por ocasião do resgate ou da amortização das Cotas, inclusive por ocasião da liquidação do Fundo; e (ii) beneficiadas pela alíquota de 0% (zero por cento) do imposto de renda em relação aos ganhos auferidos na alienação de Cotas dentro ou fora de bolsa. **2. Pessoas Jurídicas**: (i) os rendimentos auferidos por ocasião do resgate ou amortização das cotas, inclusive por ocasião da liquidação do Fundo, ficam sujeitos à incidência do imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento); e (ii) os ganhos auferidos na alienação de Cotas dentro ou fora de bolsa serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento).

b) Cotistas Não Residentes. Investidor residente ou domiciliado no exterior, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN e Banco Central do Brasil, não residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida, os rendimentos auferidos na amortização ou no resgate das Cotas, inclusive quando decorrentes da liquidação do Fundo, e na alienação de Cotas ficam sujeitos ao imposto de renda à alíquota zero.

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo Fundo ou em outro fundo de investimento com o mesmo regime tributário e administrado pela mesma pessoa jurídica em que o cotista possua investimentos.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas imunes, isentos ou sujeitos às regras específicas, na forma da legislação em vigor.

16. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer contra a Administração do Fundo.

Dessa forma o Fundo não possui contingências passivas a serem divulgadas de acordo com critério definido para divulgação no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

17. Transações com partes relacionadas

Foram consideradas como partes relacionadas, o Administrador e o Gestor, ou as partes a eles relacionados. Adicionalmente aos encargos do Fundo descritos na Nota Explicativa nº 13, o Fundo não possui saldo na data de 31 de dezembro de 2024 em conta corrente junto ao Administrador (R$ 3 em 2023).

18. Política de distribuição de resultados

Os dividendos ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas sociedades alvo das quais o Fundo seja acionista/cotista, assim como quaisquer outros valores recebidos em decorrência de seus investimentos em tais sociedades alvo são incorporados ao Patrimônio do Fundo e poderão ser destinados à amortização de cotas, a critério do gestor, em conformidade com o regulamento do Fundo.

Abaixo histórico de distribuições e do Fundo até 31 de dezembro de 2024:

Ano	Data anúncio	Data distribuição	Valor / Cota	Quantidade de Cotas	Valor (R$)
2019	31/10/2019	08/11/2019	2,50	1.457.500,00	3.643.750,00
2020	07/02/2020	19/02/2020	3,59	1.457.500,00	5.232.425,00
2020	30/04/2020	11/05/2020	1,73	2.030.972,00	3.513.581,56
2020	28/07/2020	06/08/2020	1,79	2.030.972,00	3.635.439,88
2020	19/11/2020	27/11/2020	0,52	4.502.204,00	2.341.146,08
2020	18/12/2020	29/12/2020	1,23	4.502.204,00	5.537.710,92
2021	05/03/2021	12/03/2021	2,04	4.502.204,00	9.184.496,16
2021	31/05/2021	07/06/2021	2,00	4.502.204,00	9.004.408,00
2021	30/06/2021	08/07/2021	0,70	4.502.204,00	3.151.542,80
2021	30/09/2021	08/10/2021	2,21	4.502.204,00	9.949.870,84
2021	29/12/2021	07/01/2022	2,59	4.502.204,00	11.660.708,36
2022	04/02/2022	15/02/2022	1,51	4.502.204,00	6.798.328,04
2022	31/03/2022	08/04/2022	2,63	4.502.204,00	11.840.796,52
2022	30/06/2022	08/07/2022	2,63	4.502.204,00	11.840.796,52
2022	30/09/2022	10/10/2022	2,63	4.502.204,00	11.840.796,52
2022	28/12/2022	06/01/2023	2,60	4.502.204,00	11.705.730,40
2023	31/03/2023	10/04/2023	2,63	4.502.204,00	11.840.796,52
2023	31/03/2022	10/07/2023	2,62	4.502.204,00	11.795.774,48
2023	30/06/2022	08/09/2023	1,77	4.502.204,00	7.968.901,08
2023	30/09/2022	09/10/2023	0,90	6.745.875,00	6.073.354,40
2023	28/12/2022	08/01/2024	2,63	7.062.040,00	18.573.165,20
2024	31/01/2024	08/02/2024	0,50	7.062.040,00	3.531.020,00
2024	31/01/2024	08/02/2024	0,50	7.062.040,00	3.531.020,00
2024	29/02/2024	08/03/2024	0,84	7.062.040,00	5.932.113,60
2024	29/02/2024	08/03/2024	0,16	7.062.040,00	1.129.926,40
2024	28/03/2024	08/04/2024	0,23	7.062.040,00	1.624.269,2
2024	28/03/2024	08/04/2024	0,77	7.062.040,00	5.437.770,8
2024	30/04/2024	09/05/2024	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00
2024	31/05/2024	10/06/2024	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00

Ano	Data anúncio	Data distribuição	Valor / Cota	Quantidade de Cotas	Valor (R$)
2024	28/06/2024	08/07/2024	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00
2024	31/07/2024	08/08/2024	0,77	13.754.646,00	10.591.077,42
2024	31/07/2024	08/08/2024	0,23	13.754.646,00	3.163.568,58
2024	30/08/2024	09/09/2024	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00
2024	30/09/2024	08/10/2024	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00
2024	31/10/2024	08/11/2024	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00
2024	29/11/2024	09/12/2024	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00
2024	30/12/2024	09/01/2025	1,00	13.754.646,00	13.754.646,00

19. Alterações estatutárias

Em 21 de fevereiro de 2024, o Administrador aprovou a 5ª emissão de cotas do Fundo, com as seguintes principais características:

- **Montante Inicial da Oferta**: R$ 434.527 mil, correspondente à emissão de até 5.391.159 novas cotas, ao preço unitário de R$ 80,60 por cota (sem considerar a taxa de distribuição primária).
- **Preço de Subscrição**: R$ 83,47 por cota, considerando o acréscimo da taxa de distribuição primária de R$ 2,87 por cota.
- **Distribuição Parcial**: Admitida, desde que respeitado o montante mínimo de R$ 48.281 mil (599.018 cotas).
- **Lote Adicional**: Poderá ser acrescido à oferta até 1.301.447 cotas, no valor de até R$ 104.897 mil, a critério do Administrador, Gestor e Coordenador Líder.
- **Destinação da Oferta**: Exclusivamente a investidores qualificados, conforme definido na Resolução CVM nº 30/21.
- **Coordenação da Oferta**: A distribuição será conduzida sob regime de melhores esforços pela XP Investimentos CCTVM S.A.

No mês de março de 2024 foi concluída a distribuição pública das cotas da 5ª emissão do Fundo (liquidada em 3 de abril). Foram subscritas e integralizadas 6.692.606 novas cotas, perfazendo o montante total bruto de R$ 558.632.

Em 27 de julho de 2023, o Administrador aprovou a realização da 4ª emissão de cotas do Fundo, com as seguintes condições principais:

- **Montante Inicial da Oferta:** R$ 154.286 mil, correspondente à emissão de até 2.047.869 novas cotas, ao preço unitário de R$ 75,34 (sem considerar a taxa de distribuição primária).
- **Preço de Subscrição:** R$ 78,13 por cota, com a inclusão da taxa de distribuição primária de R$ 2,79 por cota.
- **Distribuição Parcial:** Permitida, respeitado o montante mínimo de R$ 40.000 mil (530.927 cotas).
- **Lote Adicional:** A emissão poderá ser acrescida em até 25%, equivalente a até 511.967 cotas, no valor de até R$ 38.572 mil.

- **Público-Alvo:** Investidores qualificados, conforme definição da Resolução CVM nº 30.
- **Direito de Preferência:** Garantido aos cotistas que detinham cotas integralizadas no terceiro dia útil após o anúncio de início, na proporção de 0,45485922006 cotas por cota detida.
- **Não haverá subscrição de sobras.**
- **Coordenação:** A oferta será coordenada pela XP Investimentos CCTVM S.A., sob o regime de melhores esforços.

No mês de agosto de 2023 foi concluída a distribuição pública das cotas da 4ª emissão do Fundo (liquidada em 5 de setembro). Foram subscritas e integralizadas 2.559.836 novas cotas, perfazendo o montante total bruto de R$ 200.000 .

20. Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que o Administrador não contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda. para o exercício findo em 31 de dezembro 2024 e Ernst & Young Auditores Independentes S.S Ltda. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

21. Informações adicionais

a) Regulamentação CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM nº 578, destacando-se, entre outros: (i) a regulamentação da responsabilidade limitada dos cotistas; (ii) a possibilidade de criação pelos fundos de classes com patrimônio segregado e subclasses; (iii) a maior flexibilização para investimentos no exterior pelos fundos; e a (iv) segregação das responsabilidades da Gestora e do Administrador dos fundos. As alterações introduzidas pela nova resolução entrariam em vigor a partir de 03 de abril de 2023, tendo os fundos em funcionamento prazo para adaptação integral até 31 de dezembro de 2023.

Em 28 de março de 2023, foi publicada a Resolução CVM 181, que promoveu alterações pontuais na Resolução 175, passando o prazo de adaptação integral dos fundos em funcionamento para 31 de dezembro de 2024, com exceção dos FIDCs, que devem adaptar-se até 1º de abril de 2024. A nova Resolução prorrogou o início da vigência da Resolução 175 para 2 de outubro de 2023.

Em 31 de maio de 2023 a CVM publicou a Resolução 184 com a inserção de diversos Anexos Normativos e ajustes pontuais à Resolução CVM nº 175. Como data inicial da vigência, foi sugerido 2 de outubro de 2023, mesma data em que a Resolução CVM 175 entrará em vigor. Os impactos da nova regulamentação sobre o Fundo estão em avaliação pelo Administrador.

Em 12 de março de 2024, foi publicada a Resolução CVM 200, que que prorrogou o prazo da indústria de fundos para se adequar à Resolução 175, passando os prazos para: (i) 1 de outubro de 2024: implementação da estrutura de classes e subclasses e do art. 99 que trata do acordo de remuneração entre classes investidas e investidoras; (ii) 1 de outubro de 2024: adoção da segregação de taxas entre os prestadores de serviços; (iii) 29 de novembro de 2024: prazo para adaptação do estoque de FIDCs; (iv) 30 de junho de 2025: prazo para adaptação do estoque dos demais fundos em funcionamento quando da publicação da regra. O Anexo Normativo III da 175 também foi pontualmente alterado para permitir a constituição de ônus reais sobre os imóveis da classe de cotas.

Em 31 de dezembro de 2024, o Fundo encontra-se em processo de adaptação aos novos requerimentos da Resolução CVM nº 175/22.

22. Eventos subsequentes

O Administrador não tem conhecimento de eventos subsequentes para divulgação até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras

* * *

Cintia Sant'ana de Oliveira
Diretora
026.654.557-22

Gabrielle das Neves Oliveira
Contadora
CRC-RJ 097090/O-4